

Cenário político brasileiro e participação: o uso potencial das tecnologias para a ação coletiva

[Brazilian political landscape and participation: potential use of technologies for collective action]

Entrevista com Francisco Sierra Caballero

Interview with Francisco Sierra Caballero

Aline Cristina Camargo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)
[São Paulo State University]

REVISTA
com política

revista compolítica

2019, vol. 9(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.2.281

 Open Access Journal

Cenário político brasileiro e participação: o uso potencial das tecnologias para a ação coletiva

Aline Cristina CAMARGO

Embora as tecnologias estejam mudando a forma de fazer política, continuamos com as instituições do século XIX, que já não têm capacidade de canalizar de forma real as necessidades daqueles que representam. Tal cenário gera mobilizações políticas que buscam uma nova configuração político-social. Ao mesmo tempo, às margens do poder atual, surgem novas formas de fazer política, com base na confiança mútua, na colaboração e no estabelecimento de direitos de cidadania a partir da cultura participativa.

Neste cenário, tecnologias sociais, descentralizadas e abertas, atuam como ferramentas de inclusão, educação e participação e há um movimento de apropriação de tecnologias para a ação coletiva. Assim, há novas formas de ação coletiva com infraestrutura de mobilização do cidadão que transforma a indignação em insurgência.

O século XXI apresenta a política isolada da sociedade. Líderes tradicionais, partidos políticos e instituições públicas sofrem uma crise de legitimidade e credibilidade. Apatia, falta de interesse na questão política, queda no número de comparecimento eleitoral e baixa adesão a partidos eleitorais e sindicatos, por exemplo, são algumas das consequências da atual situação do país.

Se, por um lado, há indícios de desconfiança nas instituições políticas tradicionais, por outro, há a proliferação de formas não convencionais de participação, marcadas pela cidadania informada e ação coletiva. Alguns movimentos, como o #VemPraRua brasileiro, o #YaMeCansé mexicano e #Yasunidos equatoriano são exemplos de manifestações de massa na América Latina. Esse cenário é consequência da retirada das liberdades, da qualidade da governança e da redução da proteção dos direitos civis e políticos. O sucesso de Trump nos EUA, a opção pelo Brexit no Reino Unido, a ascensão da Frente Nacional na França, o

Partido da Liberdade da Áustria e, mais recentemente, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil são expressões desse processo ao redor do mundo.

Por outro lado, é possível identificar uma perspectiva mais horizontal de ação política baseada no uso de tecnologias digitais. Embora marcado por desigualdades de acesso às tecnologias, é possível reconhecer novas formas de intervenção política, por exemplo, a partir do uso da Internet, apresentada como um espaço privilegiado para a participação não convencional. A Internet oferece aos usuários um conjunto de ferramentas e canais de divulgação que são importantes para o ativismo e a participação política no espaço social e também na mídia.

Nesta entrevista para a Revista Compolítica, Francisco Sierra Caballero comenta sua visão sobre a situação política atual no Brasil, estabelece relações com a política ao redor do mundo, discute o conceito de tecnopolítica e apresenta seu mais recente livro: *Cultura Digital & Democracia Participativa* (2019).

Francisco Sierra é Professor de Teoria da Comunicação na Universidade de Sevilha e Pesquisador no Instituto Andaluz de Pesquisa de Comunicação e Cultura (INACOM). Fundador da Associação Espanhola de Pesquisa em Comunicação (AEIC), ele é atualmente presidente da União Latino-Americana de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (ULEPICC) e da Assembleia da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas em Comunicação (CONFIBERCOM). É, também, diretor do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Comunicação, Política e Mudança Social. Além disso, dirige o Departamento de Jornalismo da Universidade de Sevilha, onde foi decano da Faculdade de Comunicação (2005-2010), liderando equipes e projetos internacionais para a Comissão Europeia, CAPES, CNPq e Plano Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Espanha.

[Entrevista realizada em fevereiro de 2019, na Universidad de Sevilla, Espanha]

Qual a sua avaliação sobre o cenário político brasileiro, a partir de sua experiência como estudioso do Brasil? Acredita que há uma crise de representação, falta consciência política?

Claramente, o Brasil, pela primeira vez na história do país, teve uma política exterior, liderada pelo presidente Lula, de integração regional latino-americana, o que significa economicamente que o Brasil tinha não só a liderança dos BRICS, e das novas economias emergentes, mas também construiu espaço com a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), e gerou cenários multilaterais frente à hegemonia, quase absoluta, dos Estados Unidos na história da América Latina.

E foi além disso, o que está em disputa não são só os recursos estratégicos, como todos pensariam, sobretudo em relação ao petróleo, mas também havia uma disputa em questão da centralidade do dólar com o Banco do Sul e o futuro das guerras que se vislumbram a curto e longo prazo, que são as guerras pela água e pela Amazônia. Vemos que não são simbólicas, mas sim estratégicas, as primeiras decisões tomadas pela ditabranda de Bolsonaro.

Não vejo crise de legitimidade, o que há é uma estratégia, que não é nova, de fato publicamos em 2016 um livro sobre as guerras de informação desde o pós-Segunda Guerra Mundial até atualmente, para entender os golpes de Estado. O que houve no Brasil foi um golpe de estado e não uma crise de legitimidade da presidenta Dilma Rousseff ou das lideranças do PT, e sim um cenário de reverter processos políticos que, eleitoralmente, a direita e os interesses econômicos dominantes não conseguiriam mudar de modo algum.

A verdade é que é um golpe, com a agitação e a propaganda das ruas, com estratégias midiáticas, com estratégias judiciais. Isso já está teorizado pela extrema direita estadunidense no Documento de Santa Fé . O que se viu foi a perseguição midiática e judicial de líderes políticos progressistas e então há a impressão de uma crise – de um cenário de guerra psicológica e uma sensação de crise econômica e política –, quando, na verdade, o que vemos é uma estratégia concentrada, regional, planejada já há bastante tempo.

Neste cenário, não há crise de representação. Uma coisa é questionar onde e como os governos progressistas falharam para não conseguir frear essa estratégia regional dos

Estados Unidos na América Latina. Um dos fatores explicativos históricos é o papel da classe média. Isso está teorizado desde Marx: são setores que frente aos progressos das políticas públicas e a mobilidade de acesso de setores populares gera uma posição reacionária que facilita os golpes, como foi em 1964 no Brasil, e como volta a acontecer agora. Este é um setor (classe média) amplamente mobilizado – independente de cor de pele, de classe social, variável de gênero – para apoiar massivamente nas ruas essa restauração conservadora, não só no plano político, mas também no plano moral, dos valores, sobre os quais tanto já havíamos avançado... e aí sim é necessário um debate sobre políticas culturais. Não foi possível mudar a matriz cultural da classe média e de alguns setores populares que estão apoiando não só eleitoralmente, mas também em manifestações nas ruas essa restauração conservadora.

É verdade que as igrejas evangélicas são muito populares, sobretudo, nos setores mais pobres, e que sua matriz de valores implica uma restauração ideológica que nos remonta à ideia de família, tradição e propriedade, mas a questão é discutir o que as forças de progressistas não fizeram para reverter esse avanço significativo dos valores ultraconservadores.

Então, sim, é preciso fazer uma autocrítica. Mas estamos diante de golpes de estado, articulados na Nicarágua, na Venezuela e no Brasil, como temos visto, que utilizam a mesma teoria que justificava o governo dos Estados Unidos na década de 50 para a intervenção militar.

Não é um cenário nada positivo, porque é uma estratégia de intervenção militar, e teve certa dissensão do exército brasileiro que tem muito inoculada uma tradição nacionalista. O Brasil é um país, assim como a China, a Rússia e os Estados Unidos, dos mais nacionalistas do mundo todo, mas a hegemonia militar e política sob o Brasil é dos Estados Unidos.

O senhor acredita que os meios de comunicação têm um papel neste cenário?

Estratégico! O golpe contra Dilma e o processo de criminalização não teriam prosperado.

É uma justificativa da perseguição política e judicial midiática. É uma construção midiática. Isso está teorizado nos golpes brandos – como uma tese que vem do fracasso da guerra do Vietnã, e a lição que o Ronald Reagan teve foi de que não se pode ganhar uma guerra se não houver uma autêntica causa moral –, ou seja, justificar moralmente, por razões de virtude, transparência e democracia um processo que, na verdade, é político: perseguir e eliminar simbolicamente Lula e restaurar um governo de acordo com os interesses das elites. Isso só foi possível com a ajuda do monopólio da Globo, com o monopólio local dos meios comunitários da igreja evangélica, por exemplo.

No Brasil, o impeachment, o golpe de estado, não teria sido possível sem o uso dos meios. Digamos que os meios de comunicação cumpriram uma função de ideólogos para gerar esses processos. No caso da América Latina sabemos que 80% da população depende da televisão como fonte de informação, existe o oligopólio, assim o que acontece no México e no Brasil faz com que seja possível que golpes como esse triunfem.

Acompanhei a cobertura das mobilizações a favor do governo do PT ocultadas, as capas sucessivamente gerando uma imagem de ódio geral contra o PT e os líderes progressistas, e isso, evidentemente nos mostra que há uma influência cognitiva nos marcos de interpretação das pessoas, essa cobertura contínua da imagem de alguns líderes políticos.

Os meios têm um efeito poderoso, e o golpismo está articulado com os meios. Não só no Brasil, também nos Estados Unidos. Não entenderíamos Trump sem o canal de televisão Fox, não entenderíamos a extrema direita americana sem o papel dos meios hiperconcentrados. A emergência da extrema direita, por exemplo, aqui na Andaluzia, com o partido VOX não pode ser explicada sem a cobertura dos meios de comunicação.

No Brasil, temos visto senadores e deputados que têm sido constantemente reeleitos e que possuem oligopólio de meios locais em seus respectivos estados. Isso explica – tanto em nível micro quanto, sobretudo, nível macro – porque hoje um processo judicial irregular e em desacordo com os Direitos Humanos pode ser assumido e aceitado pela opinião pública

com normalidade, o que na verdade é uma clara violação de Direitos Humanos, não só de Lula, mas do estado de direito no Brasil.

É possível estabelecer relações entre o que está acontecendo no Brasil e o cenário político da Espanha?

Sim, é uma análise econômica e política marxista muito evidente. Estamos, como diria David Harvey, diante de um modelo capitalista de acumulação por despossessão, e nesse processo da economia financeira só se pode conseguir acumulação com processos especulativos ou expropriando as pessoas de suas casas. Para isso, é preciso estabelecer políticas de ajustes, não só econômicos, mas também a criminalização de protestos e mobilizações. Quando alguém perde seus direitos, seu trabalho, sua casa, evidentemente a pessoa vai se mobilizar. Isso é o que está acontecendo com a articulação da extrema direita, e que já aconteceu no período entre guerras, com a ascensão do nazismo e do fascismo. Estamos frente a uma nova forma de fascismo, temos que definir ainda quais suas características, porque há alguns elementos novos, como, no caso específico do Brasil, o papel das igrejas evangélica – ainda que seja importante lembrar que a igreja católica apoiou o fascismo na Espanha e o nazismo na Alemanha, são forças que, de alguma maneira, já estavam presentes.

Também é preciso considerar o papel dos meios de comunicação, que têm uma função de extensão do que chamam de fascismo social, com os valores de opressão, domínio, exploração. Há muito elementos similares. Outro deles é o populismo que tem emergido, mais ainda nos países da América Latina e que, no caso da Espanha, vemos com a iniciativa do Podemos.

A verdade é que esses populismos de direita estão presentes em diferentes lugares. No caso da Itália com o Movimento 5 Estrelas, na Alemanha, e até mesmo nos países nórdicos, como a Suécia, que tem uma tradição social democrata e progressista, mas que também sofreu o avanço considerável das forças de direita. Em todos os casos, há o mesmo padrão, mas com algumas especificidades. Tem uma tônica em comum, que é a vulnerabilidade dos direitos sociais, uma política de expropriação e despossessão de dinheiro, recursos e direitos dos

setores populares e uma reação, de um lado popular e alternativa de esquerda cada vez menor e, de outro lado, hegemônica de extrema direita, tanto na América Latina quanto nos Estados Unidos e também na Europa.

Nas forças progressistas também há semelhanças. Temos a esperança na reconfiguração das forças progressistas, que evidentemente estão em crise, não tanto por terem feito um trabalho ruim, mas por terem sido deslocadas de algum modo pela ascensão das forças de extrema direita, ou ultraconservadoras, em resposta à crise.

Então, eu vejo muitas semelhanças porque a tendência econômica e política é de uma economia especulativa e capital rentista. É um processo global de crise do capitalismo, como diz Rosa Luxemburgo, que existe uma dicotomia entre o socialismo e a barbárie, e vemos sociedades bárbaras, fascistas, violentas. E já estamos vendo isso no Brasil com a homofobia, o racismo, a indistinção entre o público e o religioso, e na Europa, com outras modalidades, mas também assistimos a ascensão da extrema direita. E os meios de comunicação não estão necessariamente contribuindo com a defesa dos direitos humanos, direitos democráticos e republicanos, mas sim o contrário.

No Brasil, estamos enfrentando uma dualidade. Por um lado, quedas no comparecimento eleitoral e na filiação a partidos e sindicatos, além da descrença em diferentes instituições. Por outro lado, temos uma proliferação de movimentos em rede, como o #vemprarua e, mais recentemente, o #viravoto. Como o senhor avalia este cenário?

São três fatores. Um deles pode ser explicado pelo discurso utilizado pela extrema direita para justificar uma crise de legitimidade e, assim, derrocar um governo ilegalmente, como se fez com Dilma Rousseff. O problema é que o discurso da corrupção gera um pensamento e uma cultura cínica, que leva à apatia e desmobilização. A quem interessa a desmobilização? À direita e às elites econômicas. Em todos os países, isso nos diz a sociologia eleitoral, a baixa de votos favorece o voto conservador.

Muitos interpretam, por exemplo, em Andaluzia, nas eleições recente que tivemos, que havia tido um crescimento dos votos na direita, mas não é verdade. O que aconteceu foi a queda na participação, em parte devido à crise gerada pela corrupção e à desconfiança do público. E o discurso cínico que gera uma aversão à política, e isso evidentemente favorece as elites econômicas. Que as pessoas falem, discutam, questionem seus direitos é um problema para o capital. Evidentemente, os processos participativos não interessam à direita.

Logo, tem o fator geracional. Muitos acreditam que os jovens se desvinculam, ou que sua cultura política não é a da participação associativa, partidos e sindicatos. Mas existe uma subjetividade política muito mais frágil. É um sujeito político vinculado com a ideia de modernidade líquida de Bauman, quer dizer, suas afiliações são dispersas, frágeis, líquidas, mas sim participam de outras maneiras... é impossível pensar o 8M na Espanha, por exemplo, sem os jovens.

Podemos discutir se sua cultura política é consistente, contraditória, frágil, débil, para fazer um projeto de mudança. Isso pode ser questionado. Mas, sim, estão participando. Os que têm participado menos são os mais velhos, os pais e avós desses jovens. Talvez pela corrupção ou pela falta de identificação com as novas propostas políticas. No setor mais jovem, há uma nova cultura política, uma nova forma de exercer política e participação. É um movimento que se dá nas redes sociais, na tecnopolítica. Um cidadão com grande capacidade de autonomia, muito crítico.

E aí entra a terceira questão que é o fator do tempo. Os projetos políticos necessitam de um tempo, a médio e longo prazo, é um processo. Para que o PT chegasse ao poder, por exemplo, demorou décadas, não somente pela dimensão do país, mas também por sua complexidade cultural, histórica, política. Na Espanha, acontece o mesmo, ainda que menor em dimensão, há uma diversidade territorial, linguística, cultural e histórica muito complicada.

Eu penso que o tempo para forças como o Podemos não foi bem calibrado. Em nenhum país, uma força política recém-criada alcançou o poder democraticamente, isso requer tempo. E o problema da subjetividade política dos jovens é o aqui e agora, já, imediatamente. E em política é o contrário, é a mediação. O mediado e não o imediato. O problema que temos é com a temporalidade política das redes sociais, a necessidade da resposta imediata, e o

idealismo de que por meio do cliquatismo, nas redes sociais, podemos conseguir tudo, simplesmente fazendo um post ou um tweet. E aí se confundem os ritmos das tecnologias de informação. Não estamos navegando, estamos naufragando.

Temos que pensar que os tempos da comunicação são diferentes do tempo da política. E fazer política requer outra temporalidade, não a da comunicação ou do capitalismo acelerado. Essas experiências são vivificadoras, são muito dinâmicas, e permitem que os partidos sejam mais flexíveis ou ágeis em respostas. Digamos que a racionalidade burocrática sempre persistiu nos partidos e nos governos. Não podemos errar os ritmos.

As tecnologias permitem o uso de plataformas que ampliam o espectro político, mas não podemos medir as transformações políticas e históricas com o ritmo das tecnologias. É impossível.

O senhor é um estudioso da participação e do conceito de tecnopolítica. Acredita que o uso das tecnologias e a ação coletiva em rede podem ser ferramentas para engajar as pessoas a participarem mais das questões políticas?

Tanto o caso do Movimento Brasil Livre, como o 15M, e o movimento Juventud sin futuro são formas tecnopolíticas que conseguiram – o que antes uma associação de vizinhos ou um sindicato não conseguiam – por serem modelos de organização hierárquicas, com ferramentas de comunicação verticais e muito centralizadas. Efetivamente, a tecnopolítica hoje permite processos muito mais redistributivos, não só na capacidade de comunicação, mas também a capacidade de auto-organização e intervenção.

O que distingue um movimento social é o código, seu repertório político e cultural. E isso atualmente está socializado, distribuído a partir das redes, o que permite uma grande capacidade de intervenção, mas, do mesmo modo, uma grande capacidade de dissolução e de forma igualmente rápida. Não é o caso do 15M, que é um movimento que durou bastante, e que teve impacto e gerou uma renovação política da esquerda, com o Podemos.

Estamos observando que as novas tecnologias permitem uma grande capacidade de intervenção no território, e muitos são os exemplos, como o Movimento 5 Estrelas na Itália, o 15M na Espanha, o Passe Livre no Brasil. São processos que se articularam nas redes sociais.

Nas redes sociais é possível manipular, segmentar, e com a hipótese do efeito das bolhas, cada vez entendemos menos o mundo porque estamos cada vez mais dominados pelo algoritmo, uma opacidade crescente. O que é um paradoxo que vive a sociedade do espetáculo: com a máxima visibilidade e transparência aparente na cultura midiática, o que existe, na verdade, é o domínio do segredo. As pessoas estão cada vez mais inconscientes de como funcionam os algoritmos e como nos manipulam através das redes. É evidente que há uma manipulação, como o que aconteceu nas eleições do Trump. E o que se coloca é um paradigma quando se compara o uso que Barack Obama fez das redes sociais em sua eleição em 2008, quando conseguiu derrotar a direita a partir de uma lógica de marketing digital. É verdade que se pode participar, se pode buscar novas formas de governo e de atuação política dos movimentos sociais, que já não pensam suas ações sem considerar a dimensão tecnopolítica, às vezes de maneira ainda muito reducionista pensam que usando as redes sociais e fazendo cliquatismo vão lograr seus objetivos, e esquecem a dimensão política presencial.

Quando falamos em uso e apropriação das tecnologias para a participação precisamos considerar que no Brasil cerca de metade da população tem acesso regular à internet, por exemplo. Há um reflexo das desigualdades sociais na participação política a partir das tecnologias?

É preciso entender a dimensão qualitativa e não só quantitativa das tecnologias. Ainda que uma minoria tenha acesso à internet, isso tem implicações na vida de quem não tem acesso. Por exemplo, na Primavera Árabe, todos pensavam que era uma revolução através da internet, e não é verdade. Porque se analisarmos que as pessoas que tinham acesso à

conectividade nos países árabes, onde se deram as revoltas, chega-se à conclusão de que é um terço da população: as elites, as classes ilustradas, a classe média. São as classes que mobilizam, mas isso tem um efeito que alcança os setores populares que, neste caso, não estavam na internet. Então, existe um impacto indireto.

Os clássicos da sociologia funcionalista estadunidense chamavam de comunicação em duas etapas, dos meios aos líderes de opinião, e dos líderes ao resto da população. O cenário árabe estava organizado na lógica de derrocar governos incômodos, molestos, como foi o caso da Líbia. Isso efetivamente teve impacto nas elites, os que têm acesso, e afetou indiretamente a população que ocupou os espaços públicos em suas mobilizações e protestos.

O Movimento Passe Livre, evidentemente, alcançou uma parcela da população com acesso às redes influenciado pelo whatsapp, a partir das políticas de acesso à telefonia móvel. As pessoas podem não ter acesso regular à internet, mas acessavam o whatsapp.

As tecnologias têm um papel determinante, mas não podemos fazer uma relação automática entre conectividade e acesso à cultura digital, nem quantitativamente, é um critério qualitativo.

O seu livro mais recente “Cultura Digital & democracia participativa” aborda casos de uso de tecnologias para a participação. Pode nos contar qual foi o objetivo do livro e quais textos reúne?

O livro é um trabalho coletivo do grupo I+D Cibermov – ciberativismo e movimentos urbanos. Estamos estudando várias questões de como os movimentos sociais estão se organizando para a intervenção política, para a luta e a transformação. Questionamos que cultura política se traduz na cidadania digital, que tipo de imaginário, de subjetividade e de ações desenvolvem esse sujeito que participa da vida pública a partir das redes sociais.

E também abordamos os modelos de organização de democracia participativa. E não é só na Espanha, estamos trabalhando no Chile, no Brasil, na Itália, em Portugal. Há estudos de diversos países.

Este livro tem o objetivo de analisar experiências locais para depois fazer comparações sobre as pautas que se manifestam, as técnicas utilizadas, se os usos são similares e quais tipos de práticas e cultura política são desenvolvidas. A partir de análises locais, tentamos teorizar e comparar essas realidades que são discutidas no mundo todo.

E vão sair outros livros que abordam esta realidade em outros espaços. Tentamos teorizar o conceito de democracia participativa na era da internet e também discutir os estudos de caso, que lições podemos ter a partir disso. No México, por exemplo, há candidatos políticos eleitos que tiveram como estratégia de campanha o uso das redes sociais, projetos de gestão cultural vinculados ao uso da internet em comunidades de Puebla, no México. Enfim, várias experiências e análises que podem servir ao leitor a conhecer o que está acontecendo em diferentes partes, porque essa é uma tendência geral, não tanto porque a internet é a única forma, mas sim porque a sociedade caminha para um modelo de organização cada vez mais autônomo, e essa é a realidade do movimento trabalhador desde o século XIX, mas hoje, com as ferramentas disponíveis, o debate tem a ver com formas mais autogerenciadas, mais descentralizadas e mais participativas.

A crise do estado de bem-estar não acontece só porque o capital financeiro tenha tirado direitos, mas também porque a gestão burocrática ou tecnocrática do estado social de direito não tem considerado o sujeito. O sujeito que consome, que questiona um restaurante ou uma loja online também questiona no âmbito público, no âmbito dos direitos sociais e políticos. O sujeito toma a palavra e quer exercê-la.

Não é a internet que vai transformar a democracia, existe um longo trajeto de autogestão percorrido desde o movimento trabalhador até os dias de hoje e nessa realidade devemos pensar: como, a partir das tecnologias, estão sendo desenvolvidas essas experiências? Então, estamos mapeando estudos de caso em toda a América Latina e Europa e esse é um dos livros. Em breve, sairão outros.

Como você avalia a postura da comunidade acadêmica em relação à situação política vivida hoje no Brasil?

Eu acredito que tem dois tipos de acadêmicos, sempre existiu, não? Assim como na Espanha: aqueles que pertencem à academia e aqueles que sempre estiveram com um pé na academia e outro pé na realidade social, ou seja, a figura do intelectual orgânico de Gramsci, ou o intelectual comprometido com seu tempo, com sua realidade. Nos anos 80 e 90, houve uma perda desse acadêmico que também está comprometido com os direitos sociais, com os direitos humanos, e cada vez é mais escasso, tanto na América Latina quanto na Europa.

Surpreende-me que colegas, durante o processo de impeachment de Dilma agiam como se aquilo não os afetasse, como se não tivessem nada a ver com isso. Surpreendeu-me muito, porque conheço muito bem o Brasil, trabalho com diferentes universidades, e a classe dos acadêmicos é uma classe privilegiada, muito bem remunerada se se compara com o nível de vida no Brasil, ou se comparamos inclusive com o nível de vida na Espanha, e permaneciam alheios ao que acontecia no país. E apenas uma minoria de intelectuais acadêmicos estava comprometida denunciando o que acontecia. E agora todos têm as consequências de cortes na área da Educação e uma incerteza em relação à política científica. Essas mesmas elites acadêmicas agora reclamam a falta de recursos para suas pesquisas, mas já adiantamos que não era um problema do governo de Dilma, não era um problema contra Dilma, era um problema de reverter direitos sociais, culturais e políticos que foram adquiridos com muitas décadas de luta das forças progressistas no país.

O que está em jogo é inclusive o direito a aprender, o direito a ter educação, a ter a cultura, é o que se vê com a dissolução de ministérios. Já se esperava que, a partir do golpe, íamos seguir essa direção, porque o capital financeiro contrata e paga para gerar valor, não importa se a sociedade é inculta e não tem acesso à educação superior, este não é um objetivo do capital.

As lutas do movimento popular conseguiram que a educação fosse política de estado, que o estado social de direito reconhecesse a universalidade da educação como direito. Acredito que os acadêmicos estão reagindo mal e tarde, a maioria, há outros que sim estão comprometidos, que têm se mobilizado e denunciado.

Acredito que o que o Brasil está enfrentando pode fazer com que as elites acadêmicas pensem de outro modo, porque já estão sofrendo as consequências, não só o corte de recursos, mas também a inviabilidade de suas instituições de ensino superior.

A autora

Aline Cristina Camargo é jornalista, mestra em Comunicação e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia Unesp/Bauru. É bolsista CAPES e atua como professora no Departamento de Comunicação Social na Unesp. E-mail: aline.c.camargo@unesp.br

